

ACTA N.º 1/2012**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2012**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de catorze de fevereiro de dois mil e doze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Apreciação da Atividade Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa.

Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos senhores Cátia Filipa Soares Monteiro Santana, que justificou a sua falta, e Luís Manuel Veiga Calaixo, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e sete membros.

Período Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia deu conta ao plenário que a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Marcolina Sequeira, lhe comunicou que não poderia estar nesta reunião pela necessidade de estar presente numa reunião sobre as aldeias vinhateiras. O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta. Informou os presentes da necessidade de entregar ao senhor João Rodrigues, da contabilidade, declaração de não dívida às finanças, ou autorização para consulta, condição para poderem ser pagas as senhas de presença. Informou ainda que recebeu nesse mesmo dia o relatório anual das atividades da CPCJ, que se encontra na secretaria para consulta. Deu conta do empenho da equipa e do bom andamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, solicitando, a pedido do senhor Arquiteto Costa e Almeida, Coordenador dos trabalhos de Revisão do PDM, aos senhores Presidentes de Junta o preenchimento do inquérito que lhes havia sido entregue por aquele. Fez saber, também, da reunião do grupo de trabalho com a DRAP (Direção Regional de

Agricultura e Pescas do Norte), tendo sido aprovados os documentos iniciais para o processo de redelimitação da RAN (Reserva Agrícola Nacional).

De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

O senhor Presidente da Mesa informou que a Assembleia Distrital, da qual faz parte com o senhor António Balça, não reuniu, bem como a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual fazem parte com os senhores Alberto Silva Fernandes e Luís Pereira.

Quanto à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça informou que a mesma não reuniu.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter havido, também, qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos da Comissão da Proteção Civil disse que a mesma também não reuniu.

Quanto ao Conselho cinegético Municipal, o senhor Adelino Nascimento Lopes informou que também não reuniu.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, o senhor Luís Paíga comunicou que esta não reuniu.

O senhor Presidente informou que o Conselho Municipal da Educação da qual faz parte com o senhor António Augusto Vicente também não reuniu entretanto.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, o senhor Manuel Martins informou os presentes que este reúne todos os meses, referindo existirem noventa e um beneficiários no concelho, sendo que há beneficiários abrangidos por outras instituições, sendo estas pessoas auxiliadas a nível económico, psicológico e outros. Distribuiu, ainda, pelos presentes um mapa com os dados referidos.

O senhor Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, o que foi aceite por todos. Foi, depois, o conteúdo da mesma posto à votação, tendo sido a ata aprovada por maioria com vinte e três votos favoráveis e com a abstenção dos senhores Ana Maria Bessa Fonseca, Maria da Conceição Manilha Guerra, Sandra do Céu Baptista Sequeira e Luís António Mateus Pereira, por não terem estado presentes.

O senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que o Grupo de Trabalho constituído para a reorganização das freguesias tem trabalhado no estudo da problemática, tendo sido realizadas algumas reuniões com os diversos intervenientes, sendo que, para já, não existe ainda nenhuma proposta concreta a apresentar à Assembleia, pois tem-se assistido a novas diretivas. Disse, ainda, que iria reunir com o Senhor Secretário de Estado e com a CIMDOURO, onde também estará presente o senhor Secretário de

Estado, procurando aí encontrar novas orientações. Referiu que seria pertinente reunir com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, logo depois, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Vladimiro da Silva iniciou a sua intervenção referindo a revisão do PDM a qual deve ser acompanhada por todos e que se justificaria um pequeno memorando onde se informasse como estão a decorrer as coisas, pois é de fundamental importância para todos. Referiu ainda que esta Assembleia tem representantes das diversas comissões que não reúnem há mais de seis meses, o que é muito preocupante para todos.

De seguida relatou uma situação por ele vivida relativa a uma queixa que apresentou na Câmara Municipal acerca de obras ilegais em Paredes da Beira. Lamentou que os serviços, em vez de atuarem, logo alguém fizesse saber ao participativo a identificação do autor da queixa, o que resultou em ameaças e injúrias da sua pessoa e de familiares. Julga que é dever dos serviços de fiscalização e de quem manda atuar sem exceções logo que são conhecidas situações de prevaricação e lastima a situação.

O senhor Fernando Pereira referiu que lhe têm chegado alguma dúvidas e preocupações nomeadamente no que diz respeito ao Centro de Inspeções que está a ser construído em Valongo dos Azeites, um importante investimento para o desenvolvimento da autarquia, por criar postos de trabalhos, receitas de impostos, mas que só se tornarão efetivos se forem salvaguardadas algumas questões. Questionou, assim, o Executivo se, na negociação e na aprovação do projeto, foram salvaguardadas questões como a de se a sede social da empresa está no concelho da Pesqueira, se houve exigência nos postos de trabalho serem preenchidos por habitantes oriundas do concelho, pois isso sim seria uma mais valia para o concelho, e mais questionou acerca das razões para a sua construção em Valongo e não na zona industrial da Pesqueira.

O senhor António Froufe referiu-se ao senhor Padre Amadeu Castro por ter sido Campeão Nacional com a Seleção Portuguesa de Padres, um motivo de orgulho para o concelho de S. João da Pesqueira. Deixou, ainda, um alerta para que a Comissão da Proteção contra Incêndios reunisse o mais brevemente possível, uma vez que o tempo tem sido de seca, procurando-se soluções para a diminuição dos incêndios, que, aliás, já se verificam nesta altura do ano.

O senhor Joaquim Monteiro disse que como presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro fazia um balanço negativo da atividade da Câmara Municipal, pois a sua freguesia, apesar de ser uma das maiores, tem sido prejudicada em relação a outras, o que lamenta, pois a freguesia deveria ser contemplada com mais verbas

em virtude de ser uma das maiores e também a que paga mais impostos. Disse que tem tido um tratamento negativo da parte do Executivo, que o povo de Ervedosa tem direito a outro tratamento e que não é necessário assim tanto, pois com duzentos mil euros se resolveriam os problemas de Ervedosa. Considerou que se gasta tanto dinheiro mal gasto, sendo que antigamente era só na vila da Pesqueira e agora há mais duas ou três freguesias que são beneficiadas. Referiu-se, depois, que o orçamento de 2012 foi aprovado com a promessa aos presidentes de junta de alterações orçamentais em seu favor, mas até agora nada aconteceu. Comentou que não há dinheiro nas juntas para pagar sequer os vencimentos, ou o aquecimento das escolas e a luz. Solicitou ao executivo que fornecesse informação às juntas do que é gasto em todas elas, por uma questão de clareza, perguntando se para além das obras que estão no Plano são realizadas mais algumas que ali não aparecem.

O Senhor Eduardo Frederico referiu que gostava de ser esclarecido relativamente a alguns pontos, nomeadamente a questão da Eficiência Energética falada na última reunião, que era uma preocupação para todos, munícipes e empresas, pois pagamos a energia mais cara, mas que parecia que este problema não ficou esclarecido, que não houve um programa, um plano de eficiência energética. Que alguns presidentes de junta se tinham queixado que tinham iluminação que fazia falta ou que tinham iluminação exagerada, que criticaram a sede do concelho onde continuavam as luzes todas acesas. Deve-se voltar a este assunto para se saber se foi desenvolvido um plano ou um programa para se poder explicar o que foi feito. Disse, ainda, que gostaria de ver melhor esclarecido o tema da Reorganização Administrativa, pugnando para que na reunião com o senhor Secretário de Estado existisse uma posição conjunta do município e das freguesias. Mais uma vez, referiu a importância de uma mais detalhada informação do senhor Presidente da Câmara Municipal do que aquela que vem sendo disponibilizada, para a função de fiscalização da Assembleia possa ter lugar, e, ainda, da necessidade de se conhecerem por parte dos membros desta Assembleia as entidades das quais o município é associado, o papel que desempenham, os custos e os benefícios que daí advêm. Um conjunto de informações que seria interessante esta Assembleia possuir. Referiu-se, depois, à construção da Barragem do Tua e a possível ocupação espacial de território que pertence ao município de S. João da Pesqueira, questionando o Executivo para que informasse se existe algum pedido da REN para o licenciamento da rede de transporte da energia que ocupa parcialmente o concelho de S. João da Pesqueira e, em caso afirmativo, qual a decisão do Município. Pediu esclarecimentos acerca do tratamento das águas residuais nas ETARS, porquanto teve conhecimento de que existem ETARS por onde passam águas pluviais, o que não deveria acontecer pois estas águas não precisam de ser tratadas.



O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período.

Em resposta ao senhor Vladimiro da Silva, e relativamente à revisão do PDM, disse que o programa cronológico prevê a sua conclusão em Fevereiro ou Março de dois mil e treze e que, atualmente, se estão a auscultar as freguesias através de um inquérito que foi posto a circular. Relativamente à fiscalização, a Câmara não pode fiscalizar tudo, no entanto, vão-se tentando resolver as situações. Nomeadamente no que se refere ao que se passou com o senhor Vladimiro ficou registado e vai ser averiguado. São orientações da autarquia aos seus funcionários de que o sigilo esteja sempre presente.

Respondendo ao senhor Fernando Pereira, disse ter toda a legitimidade a sua preocupação, mas que a principal preocupação da Câmara foi trazer um Centro de Inspeções para o concelho. Quando foi elaborado o projeto de loteamento da ampliação da atual zona industrial nunca esteve projetado um local para a instalação desse centro porque não havia essa possibilidade. Só no ano passado foi possível concorrer porque abriram a possibilidade de outros centros a concelhos que não fossem limítrofes dos concelhos onde estavam instalados. Foi feito de imediato a reformulação e renegociação de terrenos que já estavam negociados para se arranjar o local, sendo exigido um lote de três mil metros quadrados, que a Câmara ajustou. Mas quem tem poderes para atribuir esse Centro de Inspeções é o IMTT e não a Câmara Municipal. As declarações foram emitidas pela Câmara e quem decidiu o local foi o IMTT. A empresa está instalada em Lamego e vai manter o Centro em Valongo.

Quanto ao que foi proposto pelo senhor Froufe relativamente ao senhor Padre Amadeu disse concordar plenamente que lhe fosse atribuído um voto de louvor, deixando a proposta à consideração do senhor Presidente da Assembleia.

Relativamente ao que foi referido pelo senhor Joaquim Monteiro, disse compreender a sua preocupação e que é de louvar a veemência com que defende a sua freguesia, mas que para o Executivo as freguesias são todas iguais e têm todas o mesmo tratamento, e sempre que possível têm feito tudo para que por igual sejam resolvidos estes problemas. Referiu que tem trabalhado em conjunto com os Presidentes da Junta tentando sempre ouvi-los e fazer sempre o que for possível. Disse que o Município estava a aguardar o recebimento do QREN de cerca de novecentos e cinquenta mil euros e que, hoje mesmo, chegou uma tranche de duzentos e sessenta e três mil euros, tendo já a indicação do senhor José Carlos que nos próximos dias será feita uma transferência de cinquenta por cento do que ficou estabelecido no orçamento para as freguesias.



Relativamente aos assuntos abordados pelo senhor Eduardo Frederico, informou que houve um plano definido quanto à Eficiência Energética, numa primeira fase foram desligadas as luzes das freguesias num determinado horário, mas estava a ser feito um trabalho em complemento para referenciar iluminárias para umas serem apagadas e outras se manterem. Numa segunda fase a EDP tem andado nas freguesias, nos caminhos rurais, e onde não eram necessárias foram eliminadas, mantendo-se nas zonas urbanas vão-se manter, sendo apagadas apenas as que estiverem a mais. Este plano foi devidamente traçado e está a ser finalizado. Relativamente à Reforma Administrativa existe um grupo de trabalho que tem algumas ideias, mas nada de concreto, por isso sugeriu aos senhores Presidentes da Junta para se reunirem no fim desta reunião para se enteirarem desta situação, devendo ser um trabalho desenvolvido em conjunto. Quanto à ocupação espacial das linhas de alta tensão da Barragem do Tua informou que houve uma reunião para apresentação dessa passagem onde estiveram os senhores Presidentes das freguesias por onde as linhas vão passar, nomeadamente Nagoselo, Soutelo e Pesqueira, Ervedosa e Castanheiro. Esteve em discussão pública até trinta e um de Janeiro e foi praticamente uma imposição a travessia, só deixando um canal de quatrocentos metros para podermos escolher qual o melhor percurso. Fez-se um contraditório e estamos à espera de uma resposta para se decidir se se deve reclamar ou não. Relativamente às ETARS referiu que antigamente quando se faziam as ligações eram aproveitadas as redes de saneamento para descarregar águas que na altura não era paga, agora é. As novas já estão diferenciadas, o que não acontece com as antigas, só quando há uma intervenção é que se vão fazendo as separações dessas ligações.. Disse, ainda, que há ligações de águas que fazem em casas particulares e que não é possível saber-se.

O senhor Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao senhor Fernando Pereira que referiu que a mesma empresa tem o Centro de Inspeções de Sendim, Moimenta, e que aí foi negociado no sentido de que a sede social se estabelecesse no concelho e, ainda, a contrapartida para a criação de postos de trabalho para pessoas do concelho. O que queria saber era se houve alguma negociação prévia neste sentido e não propriamente a localização do centro.

Tomou, depois, a palavra o senhor Eduardo Frederico que disse que ainda não tinha sido devidamente elucidado sobre o licenciamento da Barragem do Tua, questionando se o parecer emitido sobre um corredor diz respeito ao impacto ambiental ou ao licenciamento. Gostava de saber o que pode beneficiar o concelho com a passagem das linhas de alta tensão. Terminou, repetindo, se o Executivo está ou não disposto a facultar as atas ou informações acerca das Associações de que faz parte.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que não houve negociações com a REN, pois esta apenas perguntou se havia local com as condições pretendidas, sendo aqui o Município apenas uma entidade a passar a declaração sobre se tinham ou não o espaço disponível. Quanto a negociações no âmbito do centro de inspeções não foram feitas, mas há todo o interesse por parte da Câmara em que ainda sejam realizadas, pois há uma grande preocupação em aumentar a empregabilidade no concelho. Quanto às atas referidas pelo senhor Eduardo Frederico, o senhor Presidente disse não ver inconveniente neste sentido e que na próxima sessão da Assembleia fará chegar as atas das reuniões.

O senhor Eduardo Frederico questionou mais uma vez se é ou não obrigatório o licenciamento, pois quando há um projeto que ocupa o território cuja propriedade não é do produtor, ela tem que ser sujeita a um projeto tendo em vista a declaração do impacto ambiental, e se houve ou não licenciamento.

O senhor presidente da Câmara Municipal disse que se reclamou para se alterar o corredor, se este não passar por aqui não se pode licenciar, só quando for alterado a passagem do mesmo será feito o licenciamento.

A Assembleia Municipal, por unanimidade, congratulou-se e decidiu felicitar formalmente o senhor Padre Amadeu Castro pelo título de campeão pela Seleção Portuguesa de Padres na Hungria, motivo de orgulho nacional e do nosso concelho.

Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

PONTO ÚNICO - Apreciação da Atividade Municipal.

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Luís Pereira que questionou o Executivo sobre os trabalhos de ampliação e acesso à Zona Industrial mostrando a sua preocupação quanto às dimensões e largura do acesso à mesma. Referiu, depois, o caminho público junto ao armazém "Agro-Tralhão", questionando o executivo sobre a existência de conflitos com particulares e o caminho público e o modo como o processo foi conduzido relativamente às grandes mudanças efetuadas, as quais afetam particulares que se sentem lesados perante esta situação. Se houve negociação, se houve permuta, se foram consultados os envolvidos. Deve prevalecer o interesse público e a gestão deste processo deve salvaguardar este aspeto.

O senhor António Balça congratulou-se com o Executivo que em conjunto com as Câmaras de Peso da Régua, Freixo de Espada a Cinta e Direção da CIM criaram um

dossier para apresentar à senhora Ministra da Agricultura, com uma proposta para a superação da crise da agricultura Vitícola no Douro. Perguntou, também, se o executivo havia recebido alguma resposta à carta enviada anteriormente pelo Executivo à senhora Ministra da Agricultura. Solicitou, finalmente, ao Executivo para que na próxima reunião fosse facultado o dossier que foi apresentado à senhora Ministra para ser consultado pelos Presidentes de Junta.

O senhor Vitor Monteiro questionou o Executivo relativamente ao apoio aos empreendedores do concelho com vista a formalização de candidaturas de investimento, querendo saber qual é o apoio, em que se baseia e em que moldes vai ser formulado.

O senhor Joaquim Monteiro, referindo-se à atividade do município onde se diz que decorrem com normalidade as ajudas no âmbito dos programas da ação social, disse que deveria haver um regulamento de atribuição de subsídios às IPSS para se saber com o que se pode contar da parte da Câmara Municipal. O apoio dado à terceira idade é prioritário, mas nota-se pouca preocupação, dizendo, ainda, que gostava de saber qual é a normalidade das ajudas e qual o âmbito de ação social que a Câmara apoia. Sugeriu, depois, que S. João da Pesqueira deveria liderar o Douro, por ser o concelho mais importante e que produz mais quantidade e qualidade de vinho. Diz que a melhor obra que a Câmara poderia fazer não era o Núcleo Museológico, mas antes colocar a adega de S. João da Pesqueira, a adega de Trevões e a Caixa Agrícola a funcionar em parceria no fabrico e produção do nosso vinho de forma a ganharmos mais, esta sim seria a grande obra do Douro. E nada se tem feito para colmatar este problema.

O senhor Fernando Pereira referiu que é muito importante que as Câmaras possam liderar de forma que se possa elevar a uma melhoria do Douro, mas a adega Cooperativa de S. João da Pesqueira é uma cooperativa, é composta por sócios, são eles que têm o poder de votar e vetar, a de Trevões a mesma coisa. É importante e a Câmara poderá apoiar essas iniciativas, mas os cooperantes devem defender os seus interesses. No que se refere ao acesso à Zona Industrial disse que, sendo o acesso principalmente destinado a veículos de mercadorias, é uma estrada muito reduzida, comparativamente por exemplo com a variante que passa nas Poças de Barro que é consideravelmente mais larga e que se porventura não vai ser tão utilizada por camiões como a outra, não percebendo a razão de não terem as mesmas dimensões. Considera que este tipo de obras que são uma mais valia para o concelho devem ser muito bem ponderadas. Deve-se ver um pouco mais além, pois o que hoje pode ser suficiente amanhã pode ser insuficiente.

O senhor Vladimiro disse que dos dez pontos focados na informação, seis são relativos a atividade sócio económica. O que está a ser feito em conjunto com as Câmaras de Peso da Régua, Freixo de Espada a Cinta e a direção da CIM deve-nos

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature appears to be 'Vitor Monteiro' and there are some initials above it.

ser comunicado, porque aí poderá estar muita coisa que seja motivo de reflexão e nos possa permitir fazer algo para o benefício coletivo. Quanto à posição da Câmara da formalização da candidatura de valorização de espaços florestais é de particular importância, os apoios às associações de caça e pesca também têm a sua importância, mas têm que ser coordenados com os interesses municipais, assim como os empreendedores com vista a formalização de candidaturas de investimento. Considera que nós temos força na região, queremos ser ouvidos, queremos que o Ministério da Agricultura seja eficaz, a angústia é muito grande, preparam-se tempos muito difíceis em termos de oportunidades de trabalho, as adegas cooperativas estão em situação de dificuldades. As populações manifestaram-se. Mas como não temos aqui órgãos de comunicação, a nossa voz dificilmente chega a algum lado. E quanto mais informados nós estivermos melhor poderemos ajudar.

O senhor Eduardo Frederico mais uma vez referiu ser insuficiente a informação prestada acerca da atividade do município. Disse, ainda, que interessa a todos ter conhecimento do dossier da proposta para a superação da crise Vinícola do Douro que está a ser preparada para o Ministério da Agricultura. Deve ser divulgada a informação do que está a ser feito.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que o dossier que foi elaborado não foi ainda apresentado na Assembleia Municipal, pois seria falta de ética estar a apresentá-lo quando ainda não foi apresentado ao senhor Secretário de Estado, posteriormente será dado a conhecer a todos os elementos desta Assembleia. Será colocado na página do município. Disse compreender a preocupação relativamente à zona Industrial, mas que inicialmente existia uma faixa de três metros e agora tem seis metros, mas que foi feita a experiência e cruzam facilmente dois camiões. O entroncamento no acesso ao armazém Agro Tralhão tem a ver com a imposição das Estradas de Portugal, que obrigou a fechar a antiga ligação do caminho deixando a ligação, o qual neste momento tem melhores condições. Quanto às ajudas na formalização das candidaturas em parceria com a Caixa Agrícola são dadas todos os apoios necessários tanto a nível de levantamento topográfico como tudo o que for preciso para as candidaturas. Não é um gabinete fechado é um apoio aos empreendedores do concelho. Diz-se, depois, que o programa de Ação Social decorre com normalidade porque é uma Ação Social que a Câmara está a fazer não à terceira idade, mas a quem precisa diretamente dessa Ação Social. Referiu a situação de um incêndio em Paredes e em conjunto com o senhor Presidente de Paredes houve a preocupação de arranjar alojamento e neste momento a casa está em condições de habitabilidade. Pessoas que têm dificuldade em adquirir alimentação. Uma pessoa não tem possibilidades de compor a casa porque está doente. Intervenção direta que se faz de Ação Social. Esclareceu que a Câmara Municipal participou em todas as IPSS com cinquenta por cento da

contrapartida nacional do valor da candidatura. Relativamente às cooperativas, refere que se elas estão mal é por culpa de todos nós, pois antigamente a Adega da Pesqueira tinha carrinhas carregadas até onde é agora a Caixa Geral de Depósitos, com setecentos ou oitocentos sócios que depois saíram para adegas privadas. É, pois, necessário lutar pelos nossos interesses. A nossa mentalidade é que originou esta situação.

O senhor Luís Pereira disse não ter ficado esclarecido quanto à obra de acesso à zona industrial, pois foram mobilizadas terras e houve caminhos públicos que mudaram de sítio, questionando o Executivo sobre se houve ou não abuso relativamente ao interesse público. O interesse privado se chocar com o público deve prevalecer. Houve situações onde particulares subtraíram terreno de caminhos públicos e não aconteceu nada.

O senhor Balça, referindo-se à questão das cooperativas, disse que os agricultores que são sócios vão votar e pouco mais e que se preparam para privatizar o IVDP, sendo que se isso for para a frente é o fim do benefício na região. Pior ainda para os que são sócios das cooperativas. Quanto ao programa de Ação Social disse que numa reunião anterior referiu a situação de uma comunidade cigana da sua freguesia. Perante o que se disse relativamente aos apoios prestados pela Câmara, pensa que é de extrema importância o arranjo das barracas dos mesmos. Deu o exemplo da Câmara Municipal de Vila Verde, em Braga, que comprou uns contentores para instalar uma comunidade cigana.

O senhor Joaquim Monteiro disse estar contente pela Câmara estar a fazer Ação Social, mas que a Ação Social é muito vasta e perguntou se as IPSS fazem, também, parte desta vasta Ação Social, pois existem muitas dificuldades, com casos em que os filhos vão buscar as reformas dos pais. Devia haver alguma ajuda da Câmara Municipal. Em relação ao Douro, o problema está-se a arrastar. As adegas cooperativas com o modelo de Associativismo que existe já não fazem grande sentido. A Câmara tem um papel muito importante para dar a volta a esta situação.

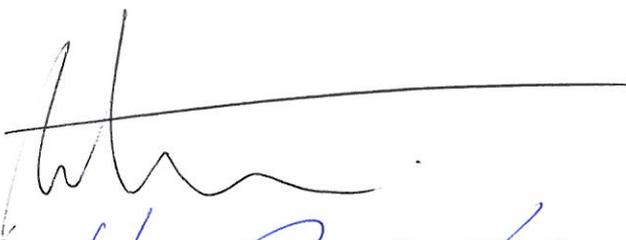
O senhor Presidente da Câmara Municipal disse ter recebido uma carta particular onde se dizia que estavam a usar indevidamente um caminho público. Foi posta a questão aos juristas da Câmara que se pronunciaram no sentido de reverter a situação. Respondeu, mais uma vez, ao senhor Joaquim Monteiro dizendo que a Câmara vai ajudando dentro dos possíveis. São ajudas feitas diretamente a quem precisa. Quanto à situação apresentada pelo senhor Balça relativamente aos ciganos disse poderem em conjunto com a junta de freguesia ultrapassar esta situação, mas que não concorda com a solução dos contentores.

O senhor Luís Pereira reforçou mais uma vez que houve situações em que os caminhos públicos deixaram de existir naquele local por apropriação particular e com o conhecimento da Câmara Municipal.

J. P.
M. P.

O senhor Joaquim Monteiro, relativamente a este assunto, disse que devia haver um levantamento do cadastro de todos os caminhos públicos para se evitarem situações como esta.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente acta, que lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por UNANIMIDADE.


J. M. Monteiro
Presidente